

ONDE ESTÁ A AGRICULTORA FAMILIAR? UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA DOS ESTUDOS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS

WHERE IS THE FAMILY FARM? A BIBLIOGRAFIC REVIEW OF STUDIES ON THE NACIONAL SCHOOL FOOD PROGRAM AND FOOD ACQUISITION PROGRAM

Renata Rauta Petarly **1**
Welison Portugal de Souza **2**

Resumo: A pesquisa teve o objetivo de identificar as ausências existentes na bibliografia sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos. A revisão bibliográfica foi realizada nas plataformas Periódicos da CAPES e Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, durante os anos de 2019 e 2020. Foram analisados 98 artigos científicos e 83 teses sobre os programas. Foram identificados dois principais fossos na bibliografia: a incipiência de estudos sobre a região Norte do país e a incipiência de estudos com traços de gênero que identifiquem as alterações sofridas pelas famílias rurais a partir do acesso aos programas.

Palavras-chave: Revisão Bibliográfica. Agricultura Familiar. Programa de Aquisição de Alimentos. Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Abstract: The research aimed to identify the existing absences in the bibliography about the National School Feeding Program and the Food Acquisition Program. The literature review was carried out on the platforms Periodicos da CAPES and Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, during the years 2019 and 2020. It was analyzed 98 scientific articles and 83 theses about the programs. Two main gaps were identified in the bibliography: the lack of studies on the North region of the country and the lack of studies with gender traits that identify the changes suffered by rural families as a result of access to the programs.

Keywords: Bibliographic Review. Family Farm. Food Acquisition Program. Nacional School Food Program.

-
- 1** Doutora em Desenvolvimento Regional (pela UFT), Mestre em Extensão Rural (pela UFV) e graduada em Gestão de Cooperativas (pela UFV). Atualmente é professora da Universidade Federal do Norte do Tocantins, no curso de Tecnologia em Gestão de Cooperativas e no Programa de Pós Graduação em Estudos de Cultura e Território. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3902290233345225>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5491-4567>. E-mail: renata.petarly@ufnt.edu.br
 - 2** Especialista em Educação em Direitos Humanos (pela UFT) e graduado em Tecnologia em Gestão de Cooperativas (pela UFT). Atualmente é Analista de Desenvolvimento de Cooperativas na Organização das Cooperativas Brasileiras do Estado de Goiás. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3132001687605204>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3449-9826> E-mail: Welison_portugal@hotmail.com

Introdução

Até meados da década de 1980, os estudos que se debruçavam sobre o universo do meio rural se dedicavam a compreender aquele espaço unicamente como um local de produção agrícola. A partir de diversas articulações entre os movimentos sociais rurais organizados, pesquisadores das universidades e centros de pesquisas, os estudos passaram a observar aquele espaço como um local de residência, de relações sociais, de cultura e de manutenção da vida humana (Wanderley, 2009).

Paralelamente a esse momento, esses mesmos atores sociais se voltam a exigir que a atuação governamental se dirija à toda diversidade de públicos que coabitam o meio rural e que direcione políticas públicas produtivas, de concessão de crédito e de assistência técnica não só para os proprietários de grandes extensões de terra, mas também para os agricultores de pequeno porte. É nesse sentido que os agricultores familiares surgem como categoria de análise e como beneficiários de políticas públicas governamentais (Wanderley, 2009; Grisa, 2012; Grisa; Schneider, 2015). Além das pautas de reconhecimento dos agricultores familiares, as mulheres envolvidas nos movimentos sociais rurais da mesma forma disputam espaço e reconhecimento de seus direitos como trabalhadoras rurais e como beneficiárias independentes de políticas públicas, sendo igualmente consideradas como agricultoras e não apenas como esposas ou filhas de agricultores (Brumer, 2002).

Durante a década de 1990 e início dos anos 2000, uma gama de políticas públicas são criadas para atender esse público. Elas se inserem, principalmente, no hall do Programa Fome Zero que se direcionou a erradicar a fome e a miséria no território brasileiro e que, ao mesmo tempo, possibilitou a inclusão produtiva das famílias da agricultura familiar aos mercados institucionais (Grisa; Schneider, 2015; Silva; Del Grossi; França, 2010). Dentre essas políticas podemos listar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que compra produtos diretamente da agricultura familiar com licença de processos licitatórios e faz a doação simultânea dos alimentos para entidades que atendem pessoas em situação de vulnerabilidade social e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que ao ser reformulado em 2009, obriga que os municípios adquiram, no mínimo, 30% dos produtos da merenda escolar de agricultores familiares ou seus empreendimentos coletivos. Anteriormente, por haver entraves burocráticos que inviabilizavam a participação dos agricultores, como emissão de nota fiscal, possuir CNPJ e atender critérios rígidos de inserção ao mercado, os principais fornecedores da merenda escolar eram os grandes empresários e redes supermercadistas. Aos agricultores familiares eram direcionadas apenas as feiras municipais, o comércio nas ruas e a comercialização via atravessadores.

Ao longo de seus anos de implantação, diversos estudos se debruçaram para compreender a realidade e as características que perpassam a execução desses programas. No entanto, uma questão norteia esse trabalho: do que se tratam os estudos que se dedicam a compreender o PNAE e o PAA? Esses estudos apontam novos caminhos para os agricultores acessarem as políticas públicas, norteiam novos estudos rurais e se dedicam a estudar todo território nacional?

Nesse sentido, esse artigo tem o objetivo de apresentar uma revisão bibliográfica sobre o PNAE e sobre o PAA e buscar apontar alguns fossos ainda existente na literatura dos estudos rurais, sistematizando, para isso, os objetivos das pesquisas e os seus locais de estudo.

Metodologia

Ao realizar uma revisão bibliográfica sobre os PAA e o PNAE, foi possível identificar algumas características e ausências nos estudos sobre esses programas no Brasil. A revisão bibliográfica consiste em um método de estudo controlado de busca na literatura já existente sobre um tema para que se compreenda o que já existe sobre o assunto nos estudos já realizados e publicados.

O procedimento utilizado para essa revisão bibliográfica foi o seguinte: utilizou-se a plataforma Periódicos CAPES durante os dias 20, 24 e 25 de junho de 2019 e 29 de setembro de 2020, optou-se por selecionar apenas os artigos de Periódicos revisados por pares e o termo exato de busca utilizado foi “Programa Nacional de Alimentação Escolar” no título e outra busca de termo

exato no título com “Programa de Aquisição de Alimentos”.

Quantitativamente foram encontrados 82 (78 na primeira busca e 4 na segunda busca) artigos para a busca do PNAE e 37 (32 na primeira busca e 5 na segunda busca) para o PAA. Devido ao número de trabalhos repetidos que surgiram, o total de resumos de artigos analisados foram 67 e 31, respectivamente.

Ao realizar busca semelhante na plataforma *Catálogo de teses e dissertações da CAPES*, no dia 04 de novembro de 2020, foram identificados 441 documentos para o termo “Programa Nacional de Alimentação Escolar” e 247 para o termo “Programa de Aquisição de Alimentos”. Foram realizados dois recortes para as buscas: o primeiro é para que fossem analisados apenas os trabalhos publicados a partir de 2011, ano em que a plataforma passou a disponibilizar seus documentos em formato digital; e o segundo, que fossem analisadas apenas teses de doutorado. Após esse recorte, foram selecionadas 49 teses sobre o PNAE e 34 sobre o PAA.

Mapeamento dos estudos

A partir da metodologia descrita anteriormente, a leitura dos artigos e teses ocorreu orientada pelos objetivos dessa pesquisa. Assim, as principais informações mapeadas na análise dos resumos foram as seguintes:

Quadro 1. Localidades estudadas pelos artigos selecionados

REGIÃO	PNAE	PAA
Norte	2	3
Nordeste	11	7
Centro Oeste	2	3
Sul	14	2
Sudeste	9	9
Nacional	7	3
Mais de uma região	1	1
Artigo Teórico/Bibliográfico	11	2
Sem identificação de localidade	10	1
TOTAL DE ARTIGOS	67	31

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Nota-se que, das regiões analisadas, as regiões norte e centro oeste são as que possuem menor número de estudos realizados. Apenas 3% dos artigos sobre o PNAE foram realizados na região norte do país, sendo que dentre eles, apenas um analisou o estado do Tocantins. Já em relação aos artigos sobre o PAA, apenas 9% se voltaram para a realidade da região norte, também sendo apenas um artigo sobre o estado do Tocantins. Os principais temas abordados nos artigos são os demonstrados no Quadro 02 e Quadro 03.

Quadro 2. Principais temas abordados pelos artigos selecionados sobre o PNAE

TEMAS PRINCIPAIS	PNAE
Produção de alimentos	5
Avaliação do programa sob a ótica escolar	8
Política pública de alimentação	1
Atuação dos nutricionistas	7
Elaboração dos cardápios	2

Gestão pública	17
Marco Jurídico	2
Perfil das compras institucionais	5
Atuação das merendeiras	1
Processo de funcionamento do PNAE	5
Análise sob a ótica dos agricultores familiares	8
Sem tema identificado no título/sem resumo	6
TOTAL DE ARTIGOS	67

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quadro 3. Principais temas abordados pelos artigos selecionados sobre o PAA

TEMAS PRINCIPAIS	PAA
Acesso ao PAA realizado pelas mulheres	2
Análise sob a ótica dos agricultores familiares	7
Análise sob a ótica do desenvolvimento	4
Questões relativas aos empreendimentos que acessam	2
Gestão Pública	8
Análise dos mercados institucionais	1
Produção de alimentos	3
Análise do PAA	4
TOTAL DE ARTIGOS	31

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Observa-se que o principal foco dos artigos que estudam ambos os programas (25% no PNAE e 26% no PAA) está direcionado à análise da governança envolvida na gestão pública dos programas. No caso específico dos artigos sobre o PNAE, também é notório o alto índice de estudos (12%) que analisam o programa sobre a ótica dos escolares (alunos, diretores, professores etc.). Em relação ao caso específico dos artigos sobre o PAA, o foco na análise sob a ótica dos agricultores familiares representou 23% dos artigos selecionados. Nos artigos sobre o PNAE 12% se voltaram para a análise sob a ótica dos agricultores familiares. Essas informações nos permitem identificar que ainda são incipientes os estudos que desvendam as mudanças que ocorrem no interior das famílias a partir do acesso a esses programas. Em relação às análises sob a ótica de gênero, apenas 2 artigos sobre o PAA desvendam o acesso ao programa no que diz respeito à vida das mulheres. Os dois artigos sobre o PAA que objetivam analisar o acesso realizado pelas mulheres, analisam o trabalho das mulheres do Movimento de Catadoras de Mangaba no estado de Sergipe. As informações observadas pelos autores destacam que o PAA dinamiza a vida econômica das famílias, possibilitando que essas mulheres saiam da extrema pobreza e dinamiza a vida social das mulheres, visto que a entrega dos produtos se tornou um momento de socialização e reencontros (Mota *et al.*, 2014). O segundo artigo também analisa as extrativistas do Movimento de Catadoras de Mangaba de Sergipe, mas seu objetivo é o de compreender quais as mudanças ocorreram para essas mulheres com o fim do acesso ao PAA. Os resultados obtidos pelo estudo indicam que as mulheres voltaram a ficar dependentes dos atravessadores e passaram a comercializar em quantidades menores devido às barreiras para a coleta da mangaba, que acarretaram o retorno à situação de incertezas vivenciadas no período anterior ao acesso ao PAA (Schmitz; Mota; Souza, 2016).

Como um dos objetivos do levantamento bibliográfico é de identificar o que os estudos ainda não abrangem, nota-se que ainda é incipiente a dedicação das pesquisas para o interior das famílias no que diz respeito ao acesso a esses programas. Mais reduzido ainda são os estudos que

buscam identificar as alterações promovidas por esses programas no interior das famílias a partir da ótica das relações de gênero.

Os quinze artigos que abordam ambos programas pela óticas dos agricultores analisam os seguintes temas: a) a compreensão dos agricultores do município de Ubá, em Minas Gerais, sobre conceitos de alimentação e saúde nutricional (Batista *et al.*, 2016); b) os procedimentos acionados para implantação dos projetos do PAA por uma associação de produtores rurais de Dracena, em São Paulo (Hespanhol, 2013), c) o acesso municipal na região do Território da Cidadania do sertão do Apodi levando em consideração os recursos financeiros destinados por município e as dificuldades enfrentadas pelas organizações coletivas dos agricultores familiares para se relacionarem com o programa (Dias *et al.*, 2013), d) o aumento da rentabilidade e a diminuição do tempo de retorno do capital em agricultores familiares de Ibicaraí, na Bahia (Santos; Soares; Benevides, 2015); e) avaliação dos fornecedores na cadeia de suprimentos do PAA em São Carlos, SP (Tanaka; Filho; Ganga, 2014); f) a construção da ideia da segurança alimentar na elaboração da legislação específica do PNAE (Burlandy; Carvalhosa, 2017); g) necessidade de incentivo à inovação para manutenção das propriedades da agricultura familiar (Guterres *et al.*, 2013); h) o fortalecimento da união comunitária, o aumento da produtividade e a permanência dos jovens no campo como resultado da execução do PNAE por uma cooperativa agropecuária de Boa Vista, em Roraima (Medeiros *et al.*, 2016); i) comparação entre o PAA e PNAE no acesso dos agricultores familiares de Ubá, em Minas Gerais (Oliveira; Batalha; Pettan, 2017); j) necessidade de mudanças significativas nos procedimentos técnico gerenciais de um empreendimento da agricultura familiar de Espera Feliz, em Minas Gerais, para acesso e permanência ao PNAE (Silva; Dias; Amorim Junior, 2015); k) indicadores de insegurança alimentar contrapostos à execução do PNAE por agricultores familiares de Goiás (Souza; Almeida, 2017); e l) a consolidação de benefícios para os agricultores familiares que acessam ao PNAE que vão além do acesso ao mercado, como alteração nas formas produtivas, conquista de nova cidadania e reconhecimento como agente social (Silva, Gehlen; Schultz, 2016); m) a relação do PAA com a produção, comercialização dos produtos e renda das famílias (Modense; Sant'ana, 2019); n) a representação social que as lideranças dos agricultores familiares possuem do processo de execução do PAA (Souza; Loureto, 2019); o) a organização dos agricultores para acesso ao PNAE como possibilidade de superação de dificuldades relacionadas à escala e à continuidade do abastecimento às escolas (Elias *et al.*, 2019).

Nota-se que nesses estudos não é possível identificar alguns pontos, como por exemplo, a divisão sexual do trabalho no interior das famílias; identificar se o acesso ao aumento do recurso financeiro possibilitou mudanças nos meios de vida familiar e não nos possibilita compreender se a necessidade de se relacionar com as instituições financeiras, políticas e de mercado alterou a divisão sexual do trabalho ou os meios de vida no interior das famílias. Também não é possível identificar se houveram momentos de disjunção para alteração nas estratégias de reprodução social das famílias.

Das 49 teses sobre o PNAE, 12 não possuíam divulgação autorizada e 5 não foram disponibilizadas pela plataforma, o que resulta na análise dos resumos de 32 teses. Para as 34 teses sobre o PAA, 12 não possuíam divulgação autorizada e 2 não foram disponibilizadas pela plataforma, resultando em 20 resumos de teses a serem analisados. Desses 52 resumos, 8 teses se repetiram em ambas as buscas, o que totalizou em 44 teses a serem analisadas. A título de informação e para organização dos dados, essas 8 teses repetidas foram excluídas da contagem dos trabalhos referentes ao PNAE. O exercício semelhante ao realizado com os artigos publicados na plataforma periódicos da CAPES, resulta nas seguintes informações para as teses:

Quadro 4. Localidades estudadas nas teses selecionadas

Região	PNAE	PAA
Sul	5	1
Sudeste	6	5
Centro Oeste	2	2
Norte	0	1
Nordeste	4	3

Nacional	5	4
Internacional	1	4
Pesquisa Laboratorial	1	0
Total	24	20

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Para ambos programas, destaca-se o alto índice de estudos sobre as experiências na região Sudeste do país, enquanto a região que possui menor número de teses publicadas é a região norte, com apenas uma tese sobre a capital do estado de Roraima. Esse dado nos aponta que ainda são incipientes os estudos sobre nosso objeto na região norte do país. Ao analisar a localidade dos programas de pós-graduação, têm-se a seguinte distribuição pelas regiões do país: 52% estão no Sudeste (SP, RJ e MG), 23% na região Sul (RS, PR e SC), 14% no Nordeste (CE, BA, PB e PI), 11% na região Centro Oeste (GO, MS e DF). Nenhuma das pesquisas foram realizadas por programas de pós-graduação na região Norte do país. Esse levantamento pode auxiliar a análise do baixo índice de estudos direcionados à essa região.

Quadro 5. Principais temas abordados pelas teses selecionadas

Temas	PNAE	PAA
Organizações coletivas da agricultura familiar	2	4
Segurança alimentar e nutricional	10	1
Cooperação internacional	0	1
Impactos do Programa na esfera local	4	4
Gestão Pública	6	6
Mais de um desses temas	2	4
Total	24	20

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

O quadro 05 nos permite observar que o tema que mais se repetiu nas teses sobre o PNAE foi relacionado às questões relativas à segurança alimentar e nutricional, que apareceram em 41,6% dos trabalhos analisados. Em relação aos trabalhos sobre o PAA, o foco nos temas se manteve nas questões relativas à gestão pública, totalizando em 30% dos trabalhos analisados. Já os estudos que se dedicaram aos impactos locais e familiares de ambos programas, totalizaram em 17% para as teses sobre o PNAE e em 20% para as teses sobre o PAA. Das teses que envolveram mais de uma temática (8% do total das teses sobre o PNAE), todas abordaram os impactos do Programa na esfera local e familiar (uma tese relacionou esse tema ao tema das organizações coletivas dos agricultores familiares e a outra tese relacionou esse tema ao da gestão pública e à segurança alimentar e nutricional). Em relação às teses sobre o PAA que abordaram mais de um tema (30% do total de teses sobre o PAA), foram duas que abordaram os impactos do PAA na esfera local e familiar, sendo que uma dessas relacionou o tema às organizações coletivas dos agricultores e a outra tese relacionou o tema à segurança alimentar e nutricional. Nesse sentido, pode-se afirmar que das teses analisadas, doze delas abordaram os impactos dos programas na esfera local e familiar.

De maneira descritiva, essas doze teses trataram sobre: a) como as ações políticas locais envolvidas no processo de implantação de políticas públicas exercem mudanças no comportamento das famílias que participam dessas ações (Agne, 2014); b) o PNAE sob a ótica do controle social local no processo de implantação dessa política (Kraemer, 2018); c) as potencialidades e limitações do acesso ao PAA e ao PNAE na construção da territorialidade camponesa mato-grossense (Mendes, 2017); d) como a implantação do PNAE leva em conta a cultura social local para interlocução com os agricultores familiares (Santos, 2016); e) as possíveis modificações nos padrões de produção

e comercialização de agricultores familiares paulistas durante o período de acesso ao PNAE (Schwartzan, 2015); f) a importância do PAA e do PNAE no fortalecimento da agricultura familiar e na promoção do acesso à alimentação saudável (Sícoli, 2017); g) as estratégias de reprodução social da agricultura familiar em um município de Goiás (Silva, 2015); h) os impactos sócio territoriais do acesso ao PAA e ao PNAE em dois municípios paulistas (Silva, 2019); i) as características econômicas da agricultura familiar na demanda de acesso ao PNAE (Souza, 2017); j) os impactos e desdobramentos do acesso ao PAA no interior de assentamentos da reforma agrária (Facco, 2019); k) como o acesso a uma multiplicidade de políticas públicas contribui para o desenvolvimento de um território da cidadania no norte de Minas Gerais (Garlipp, 2015) e; l) os efeitos do PAA para um assentamento da reforma agrária mato-grossense (Rambo, 2016).

Desses estudos, alguns nos apontam algumas dicas sobre as mudanças que ocorreram nos meios de vidas dos agricultores familiares a partir do acesso ao programa. No estudo de Schwartzman (2015) foi identificadas alterações nos padrões produtivos e nos canais de comercialização das famílias paulistas, ou seja, passaram a utilizar mais infraestrutura produtiva (realizando investimentos em maquinários, irrigação e adubos químicos), iniciaram um processo de planejamento produtivo para atendimento às demandas das chamadas públicas, foi identificado o aumento na renda de 76,4% das famílias entrevistadas e uma redução nas vendas por outros canais de comercialização, como em feiras, atravessadores, quitandas e CEASA.

Nessa mesma direção também se encaminham o estudo de Facco (2019), que ao pesquisar os assentados da reforma agrária do assentamento Contestado, no Paraná, identificou que as principais vantagens que o PAA oferece aos que o acessam é o estímulo à diversidade produtiva para venda e autoconsumo das famílias e ao aumento da renda familiar em um contexto local de dependência ao mercado de grãos. O autor também relata a importância desses dois aspectos para manutenção da autonomia nos meios de vida dos assentados (Facco, 2019).

A pesquisa em municípios do estado de Goiás, realizada por Silva (2015) aponta que o PNAE é uma importante ferramenta para a reprodução social da agricultura familiar goiana por se tornar um incentivo à produção, visto que possibilita um novo canal de comercialização de suas produções, o que resulta na geração de renda.

Com o objetivo de compreender as mudanças no processamento de alimentos vivenciados pelos agricultores familiares que acessavam o PNAE no Rio Grande do Sul, Agne (2014) identificou que não se pode afirmar que o acesso às políticas públicas de inclusão produtiva é o único elemento que influenciou as famílias a alterarem seus métodos produtivos. A autora afirma que o fator de maior influência nessas alterações está relacionado às trajetórias de vida dessas famílias que fizeram pequenas e diversas alterações nos métodos produtivos ao longo do tempo. O Programa de Geração de emprego e renda (PROGER) é um exemplo de acesso ao crédito produtivo que esteve presente na trajetória de famílias que inseriram novas técnicas de produção ao longo de 20 anos. As alterações visualizadas pela autora a partir das contribuições do PNAE dizem respeito ao caráter de compra garantida da produção pelos órgãos públicos. Essa situação tem permitido que algumas famílias intensifiquem sua produção e alcancem, por meio das organizações coletivas, as estruturas físicas necessárias para a obtenção e manutenção dos registros sanitários (Agne, 2014).

Kraemer (2018) aponta que para os agricultores familiares dos municípios da Baía de Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, o principal benefício do acesso ao PNAE é a geração de renda de maneira regular. O autor também elenca que o acesso ao programa de maneira coletiva promoveu avanços na inclusão social local resultando em um maior conhecimento de seus direitos e uma maior capacidade organizativa para pressão junto ao poder público (Kraemer, 2018).

O estudo realizado por Rambo (2016) em um assentamento da reforma agrária no estado do Mato Grosso, aponta para os mesmos direcionamentos que os anteriores. Das famílias entrevistadas, 92,86% indicaram que alcançaram aumento na renda familiar e 78,58% afirmaram terem obtido melhorias na comercialização da produção, devido à venda garantida dos produtos. O autor também identificou que 57,14% das famílias entrevistadas afirmaram melhorias nos aspectos produtivos, por meio da aquisição de equipamentos, maquinários e infraestrutura para produção agrícola. No que diz respeito às condições de moradia/lar/vida, 78,54% das famílias indicaram diversos aspectos em que o PAA possibilitou melhorias, como: aquisição de veículo, reformas nas residências, aquisição de eletrodomésticos, realização de viagens e pagamento de dívidas anteriores

(Rambo, 2016).

Ao analisar os arranjos locais estabelecidos para implantação do PAA e do PNAE em dois municípios do estado de São Paulo, Silva (2019) apresenta essas mesmas alterações na vida dos agricultores familiares (aumento na renda, criação de um canal de comercialização, compra garantida), além de permitir a fixação das famílias no campo. No entanto, a autora apresenta os dados a partir do enfoque de gênero, o que nos permite compreender melhor como as mulheres foram afetadas por essas políticas. De acordo com seus dados de pesquisa, a autora aponta que as mulheres, ao acessarem os programas conseguiram aumentar suas rendas individuais, o que ocasionou em suas autonomias econômicas (Silva, 2019). Apesar da autora se diferenciar dos demais estudos analisados, ainda não foi possível identificar se houveram alterações na divisão sexual do trabalho familiar a partir do acesso a esses programas.

Um avanço promovido pela pesquisa de Sícoli (2018) em relação às alterações no cotidiano da agricultura familiar é a afirmação de que o acesso aos programas PAA e PNAE permitem a recuperação do valor do trabalho da terra e o aumento do poder de negociação dos agricultores familiares, inclusive dos mais descapitalizados. Essa situação, de acordo com a autora, faz com que o acesso aos programas reduza as assimetrias de poder nas relações comerciais (Sícoli, 2018).

Ao apontar diversos desafios para implantação dos programas, principalmente por não ter se tornado uma política de Estado, Mendes (2017) aponta em sua pesquisa que o acesso a esses programas possibilitou um maior enraizamento social, com a criação e o fortalecimento de cooperativas e associações como estratégia para que os assentados da reforma agrária mato-grossense acessarem ao PAA e ao PNAE.

Ao realizar um estudo de caráter econométrico em sua pesquisa, Souza (2017) aponta que nos municípios pernambucanos analisados o aumento das aquisições de alimentos por meio do PNAE conseguiu promover melhora nas condições socioeconômicas dos municípios estudados. A autora aponta alguns elementos que contribuem para esse resultado: renda per capita municipal; existências de organizações coletivas de representação dos agricultores familiares, como cooperativas, associações e sindicatos; atuação de instituições públicas de assistência técnica e vigilância sanitária vegetal e animal; relações contratuais de confiança entre agricultores e órgãos públicos municipais e que estejam comprometidos com a execução do PNAE; e a existência de uma produção agrícola anterior à implantação do programa (Souza, 2017).

Em um movimento contrário às demais teses, Garlipp (2015) ao estudar o Território da Cidadania das Serras Gerais, na região norte de Minas Gerais, demonstra que o PAA foi implantado de maneira incipiente, fortalecendo apenas os municípios com maior estrutura produtiva e com maior capacidade de organização social. Apesar de serem informações relevantes, a autora não aprofunda nas mudanças promovidas pelo PAA na região estudada.

Situação semelhante foi identificada por Santos (2016) que, ao analisar a implantação do PNAE no município de Canindé, no estado do Ceará, constatou que a falta de diálogo entre gestão pública municipal e agricultores familiares foi determinante na inviabilidade de implantação do programa no âmbito local. A autora complementa essa inviabilidade com outros fatores: manutenção de velhos hábitos políticos que distanciam ainda mais ambos os lados; incompreensão dos meios de vida dos agricultores familiares e a falta de compreensão dos agentes públicos e lideranças locais sobre o programa. Ao concluir seus achados de pesquisa, a autora ainda afirma que essa situação mantenha “o risco à segurança alimentar e nutricional da região e não só dos escolares beneficiados pelo PNAE” (Santos, 2016, p. 130).

Considerações finais

Após a realização dessa revisão bibliográfica, é possível afirmar que a mesma cumpriu com os objetivos desse artigo. O intuito da revisão proposta era a de identificar os objetivos das pesquisas sobre o PNAE e o PAA e os seus locais de realização.

Tanto os artigos científicos, quanto as teses apontam alguns fossos que ainda precisam de dedicação dos estudos sociais e rurais para sua redução.

Foi possível identificar que ainda é incipiente a dedicação das pesquisas para o interior das famílias no que diz respeito ao acesso a esses programas. Mais reduzido ainda são os estudos

que buscam identificar as alterações promovidas por esses programas no interior das famílias a partir da ótica das relações de gênero. Nesse sentido, é necessário que os estudos se dediquem à compreensão das dinâmicas familiares a partir do acesso a essas políticas e a forma que as mesmas têm alterado suas estruturas.

Também foi possível identificar a quantidade reduzida de estudos dedicados à região norte do país, possivelmente devido a reduzidos recursos financeiros para pesquisas nessa região.

Finalmente, considera-se a necessidade de estudos realizados na região norte do país, principalmente por pesquisadores da própria região, o que facilitaria o acesso aos espaços domésticos e familiares de agricultores dessa região. Assim, seria possível aumentar a capilaridade das pesquisas e a compreensão mais aprofundada das alterações de meios de vida provocadas pelo acesso às essas políticas públicas.

Referências

AGNE, C. L. **Mudanças institucionais na agricultura familiar**: as políticas locais e as políticas públicas nas trajetórias das famílias nas atividades de processamento de alimentos no Rio Grande do Sul. 2014. 260 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

BATISTA, L. M. G.; RIBEIRO, S. M. R.; SANTOS, R. H. S.; ARAÚJO, R. M. A.; RIBEIRO, A. Q.; PRIORE, S. E.; LUCIA, C. M. D.; LANA, R. P.; GASPARONI, G. P. Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde. **Revista Saúde Soc.**, v. 25, n. 2, p. 494-504, 2016.

BRUMER, A. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan./jun, p. 50-81, 2002.

BURLANDY, L.; CARVALHOSA, C. S. Conexões entre agricultura familiar e o Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil: reflexões sobre o artigo de Schwartzman *et al.* **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n.12, dez. 2017.

DIAS, T. F.; NUNES, E. M.; TORRES, F. L.; TORRES, C. M. O Programa de Aquisição de Alimentos da agricultura familiar (PAA) como estratégia de inserção socioeconômica: o caso do Território da Cidadania Setão do Apodi (RN). **Revista Brasileira de gestão e desenvolvimento regional**, Taubaté, v. 9, n. 3, p. 100-129, set/dez, 2013.

ELIAS, L. P.; BELIK, W.; CUNHA, M. P.; GUILHOTO, J. J. M. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 57, n. 2, p. 215-233, 2019.

FACCO, V. A. B. **Contribuição ao estudo da reforma agrária brasileira**: as contradições do Programa de Aquisição de Alimentos em assentamentos de reforma agrária. 2019. 324 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

GARLIPP, A. A. B. P. D. **Políticas públicas e contribuições socioespaciais no norte de Minas Gerais**: um estudo do Território da Cidadania Serra Geral. 2015. 249 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

GRISA, C. **Políticas públicas para agricultura familiar no Brasil: produção e institucionalização das ideias**. Tese (Doutorado) Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2012.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **RESR**, v. 52, supl. 1, p. s125-s146, 2014 – impressa em fevereiro de 2015.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para agricultura familiar. **Revista Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set/dez., 2013.

KRAEMER, C. F. B. **Gestão e controle social no Programa Nacional de Alimentação Escolar: casos no Território Rural da Baía da Ilha Grande – RJ**. 2018. 212 f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2018.

MENDES, M. F. **Políticas Públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso**. 2017. 235 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. **Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos**. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 57, n. 4, p. 636-655, 2019.

MOTA, D. M.; SCHMITZ, H.; JÚNIOR, J. F. S.; PORRO, N. M.; OLIVEIRA, T. C. V. As catadoras de mangaba no Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: um estudo de caso em Sergipe. **Revista RESR**, Piracicaba-SP, v. 52, n. 3, p. 449-470, jul/set. 2014.

RAMBO, J. R. **Produzir e vender? O caso do Programa de Aquisição de Alimentos de agricultores familiares assentados da reforma agrária em Tangará da Serra – MT**. 2016. 180 f. Tese (Doutorado em Agronomia) – Faculdade de Engenharia da Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, 2016.

SANTOS, A. N. **Quando o agricultor não chega à escola: Programa Nacional de Alimentação Escolar e agricultura familiar**. 2016. 141 f. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

SCHMITZ, H.; MOTA, D. M.; SOUZA, G. M. O fim do Programa de Aquisição de Alimentos: reviravoltas para mulheres extrativistas em Sergipe. **Revista Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 15, 2016.

SCHWARTZMAN, F. **Vinculação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com a agricultura familiar: caracterização da venda direta e das mudanças para os agricultores familiares no estado de São Paulo**. 2015. 165 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2015.

SÍCOLI, L. **As contribuições do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) para o fortalecimento da agricultura familiar e a promoção do direito humano à alimentação adequada e saudável**. 2017. 172 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. **Fome zero: a experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.

SILVA, J. M. **As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO)**. 2015. 276 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Federal de Goiás, 2015.

SILVA, M. G.; DIAS, M. M.; AMORIM JUNIOR, P. C. G. **Mudanças Organizacionais em Empreendimentos**

de Agricultura Familiar a partir do Acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 53, n. 2, p.289-304. 2015.

SILVA, D. W.; GEHLEN, I.; SCHULTZ, G. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Cidadania: conexões construídas a partir da operacionalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Redes**, v. 21, n. 3, p.121-145, out. 2016.

SILVA, E. R. F. **Agentes territoriais na implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nos municípios de Mirante do Paranapanema e Rosana (SP)**. 2019. 484 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

SOUZA, P. R. **Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Pernambuco: determinantes de sucesso e insucesso**. 2017. 134 f. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

SOUZA, A. F.; LORETO, M. D. S. Representações sociais de lideranças institucionais brasileiras sobre o programa de aquisição de alimentos (PAA): uma análise lexográfica. **Braz. J. of Develop.**, Curitiba, v. 5, n. 7, p. 7808-7822, jul. 2019.

TANACA, E. K. T.; SOUZA FILHO, H. M.; GANGA, G. M. D. Proposta de um modelo de avaliação dos fornecedores do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso do município de São Carlos – SP. **Gestão & Produção**, v. 21, n. 4, p.781-792, nov. 2014.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como espaço de vida: reflexos sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

Recebido em 27 de julho de 2022.

Aceito em 11 de agosto de 2023.